PREVENÇÃO

Novas estratégias da indústria são destaque

em reunião sobre controle do tabaco

Dia Mundial sem Tabaco, a Política Nacional de Controle do Tabaco, a interferência da indústria nas políticas de saúde, medidas fiscais e reforma tributária foram temas debatidos pelo INCA e parceiros no controle do tabaco em reunião de planejamento realizada nos dias 21 e 22 de março. Também foram discutidos o combate ao mercado ilegal no Brasil e os dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), que foram destaque na fala do diretor-geral do Instituto, Roberto Gil. Ele classificou como vital o papel da instituição no trabalho de prevenção ao uso e conscientização sobre os DEFs. "Quando eu vejo que o câncer de pulmão, hoje, está sendo reduzido para terceira causa de mortalidade, isso foi conseguido por vocês, por políticas de diminuição do fumo".

Roberto Gil afirmou que é necessário atuar na prevenção da iniciação ao fumo, justamente pelas novidades



colocadas no mercado pela indústria do tabaco. De acordo com ele, o foco da atividade comercial é sempre o lucro, não importando as consequências para a sociedade. "São velhos atores com novas metodologias, perpetuando a escravidão à nicotina", enfatizou. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a prevalência de adultos usuários de produtos derivados de tabaco é de 12,8%, ou seja, 20,4 milhões de pessoas.

Também participaram do evento a presidente da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT), Monica Andreis, a chefe do secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde de 2014 a 2020, Vera Luiza da Costa e Silva, e a coordenadora da Unidade Técnica de Determinantes da Saúde, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) no Brasil, Elisa Pietro.



Carex-Brasil aponta cinco agentes cancerígenos prioritários na exposição ocupacional no país

CARcinogen Exposure (Carex) é um sistema internacional de informação sobre exposições ocupacionais a agentes cancerígenos com a finalidade de vigilância e determinação do risco e carga da doença em ambientes de trabalho. No Brasil, a iniciativa é liderada pelo Ministério da Saúde em parceria com o INCA e a Fundacentro. Participam também Fiocruz, Anvisa e universidades. O INCA contribui

na elaboração de relatórios que devem trazer informações sobre os cinco agentes cancerígenos prioritários no país: benzeno, agrotóxicos, sílica, amianto e radiação ionizante. O objetivo é estimar e monitorar a população exposta a esses agentes nos ambientes de trabalho em território nacional.

A representante do Instituto no grupo de trabalho é Ubirani Otero, da Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer da Coordenação de Prevenção e Vigilância (CONPREV). Parte

da equipe da Área Técnica também participa dos grupos de trabalho e das discussões. Segundo a epidemiologista, os relatórios sobre benzeno, agrotóxicos e sílica foram concluídos em dezembro. O de amianto está em fase de elaboração, e ainda não há previsão de início do levantamento sobre radiação ionizante.

"Organizamos várias reuniões para definir os agentes cancerígenos que nós iríamos abordar. No final de 2022, apresentamos nossos levantamentos para pesquisadores estrangeiros, que validaram nosso trabalho. O INCA faz parte do grupo gestor e participa de todas as reuniões de tomadas de decisão da iniciativa", disse Ubirani. No final de março, foi realizado um congresso sobre câncer na Índia, durante o qual os resultados parciais do Carex-Brasil foram apresentados.